Ministério Público de Contas do Estado do Paraná

PROTOCOLO Nº : 132461/09

ORIGEM: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

INTERESSADO: ELIAS CARRER

ASSUNTO: Prestação de Contas Municipal

PARECER: 18462/12

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIO. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ATRASO NA ENTREGA. RESSALVAS E RECOMENDAÇÃO. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. MULTA.

Retornam os autos da Prestação de Contas relativa ao Exercício Financeiro de 2008, do Chefe do Poder Executivo do Município de Medianeira.

A Diretoria de Contas Municipais analisou aspectos orçamentários, financeiros, patrimoniais, além da conformidade legal de aspectos relacionados ao Controle Interno, e, ainda, a tempestividade da prestação de contas, por meio das Instruções 2107/09, 3875/09 e 3836/12, tendo concluído, ao final, pela irregularidade das contas, com a aplicação de multa.

Em sede de contraditório, o interessado apresentou esclarecimentos acompanhados de documentos, tendo restado sanadas algumas das irregularidades apontadas pela Unidade Técnica, e, ainda, restrições foram mantidas e, outras convertidas em ressalvas.

Após a edição das duas primeiras Instruções - 2107/09, 3875/09 - pela Diretoria de Contas Municipais, este Ministério Público de Contas suscitou nova análise tendo como objeto o registro das despesas com terceirização de mão de obra, decorrentes de repasses à Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira - ADESOBRAS, no exercício financeiro de 2008, para efeito de cálculo do limite de pessoal.

A referida manifestação do Ministério Público de Contas deu azo à edição das Informações 658/12 e 1347/12 – DCM, por meio das quais se concluiu que, embora tivessem sido contabilizadas incorretamente, as despesas não causaram lesão ao erário, tampouco restou atingido o limite de alerta.

Em seguida, o processo foi encaminhado à apreciação deste Ministério Público de Contas, em observância ao artigo 66, II do Regimento Interno desta Corte, tendo obedecido, mais uma vez, ao artigo 355, §2º do mesmo diploma regimental.

Em apertada síntese, é o relatório.

Compulsando os documentos acostados e demais esclarecimentos constantes no processo, compartilha-se das conclusões bem lançadas pela Diretoria de Contas Municipais, pelos fundamentos expostos.

Nesse sentido, acompanham-se os fundamentos e as conclusões que consideraram:

Ministério Público de Contas do Estado do Paraná

a) convertidos em ressalvas os itens relativos à “falta de repasse dos valores consignados em folha de pagamento em favor do INSS e/ou RPPS” e “Recebimento de Remuneração dos Agentes Políticos acima do valor devido”.

b) mantidas as ressalvas relativas a “Omissão de Conta Corrente no Sistema Informatizado”; “Inconsistências nos saldos em relação às posições apresentadas nos extratos das Instituições Credoras”; “Déficit verificado em relação às Obrigações financeiras frente às disponibilidades”; e, “Cargo em Comissão do Responsável pelo Controle Interno”.

A Unidade Técnica registra, também, o atraso por ocasião da entrega da prestação de contas eletrônica, por parte Município. Nos termos do artigo 87, III, “b” da Lei Complementar Estadual n. 113/2005, sujeitar-se-á à multa nele prevista aquele que deixar de apresentar, em ato normativo do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos.

Nesse sentido, a situação acima descrita enquadra-se tipicamente ao dispositivo supracitado, ensejando a aplicação da referida multa.

A “ausência de pagamento de precatórios notificados antes de julho de 2007” foi considerada irregularidade material pela Unidade Técnica. No entanto, entende-se que tal inconsistência, isoladamente considerada, não tem o condão de conspurcar integralmente as contas. No mesmo sentido, citem-se os seguintes precedentes no âmbito desta Corte de Contas: Acórdão 2305/10 – Pleno e Acórdãos 1775/09 e 1964/07 – Segunda Câmara. Por isso, entende-se mais razoável o seu enquadramento como ressalva, acompanhada da recomendação para que nos próximos exercícios sejam efetivamente pagos os precatórios, na forma do §5º do artigo 100 da Constituição Federal.

Ante o exposto, este Ministério Público de Contas, manifesta-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade com ressalvas das contas ora analisadas, sem prejuízo da cominação da multa prevista no artigo 87, III, “b” da Lei Complementar Estadual 113/2005, com a recomendação acima aduzida.

Curitiba, 22 de novembro de 2012.

VALÉRIA BORBA

Procuradora do Ministério Público junto ao TCE
Matrícula 500437